



AJUSTE DIRETO

PROC. N.º ETG221.2022

CONVITE

(Artigo 115º do Código dos Contratos Públicos - CCP)

Dando cumprimento à deliberação da Direção da Associação das Termas de Portugal, datada de 12/05/2022, **convida-se** essa empresa a apresentar proposta no âmbito do **Ajuste Direto** adotado nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação, para a celebração do contrato de aquisição de serviços identificado de seguida, de acordo com o Caderno de Encargos anexo ao presente convite e com base nos seguintes elementos:

Artigo 1.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim a **aquisição de serviços para missão com operadores especializados no segmento de turismo e bem estar, no âmbito do Projecto Âncora de Dinamização, Coordenação e Acompanhamento, PROVERE Termas Centro 2019-2021- Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, enquadrado no Eixo Prioritário 4 e na Prioridade de Investimento (PI) 8.9/8b**, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no caderno de encargos anexo ao presente Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

1 - O presente procedimento tem como fim **aquisição de serviços para missão com operadores especializados no segmento de turismo e bem estar, no âmbito do Projecto Âncora de Dinamização, Coordenação e Acompanhamento, PROVERE Termas Centro 2019-2021**, para Valorização das Estâncias Termais da Região Centro, enquadrado no Eixo Prioritário 4 e na Prioridade de Investimento (PI) 8.9/8b, em conformidade com as características e especificações indicadas nos pontos seguintes:

-A acção a desenvolver pretende dirigir a promoção das Estâncias Termais a segmentos de mercado com apetência para estes produtos específicos de cada região, explorando o potencial de cada canal de comunicação e distribuição, fomentando o interesse dos operadores turísticos, agências de viagens e indirectamente aos potenciais clientes, pela oferta das Estâncias Termais, assim como, decorrente das interações geradas, melhorar a qualidade e inovação da oferta das Estâncias Termais pertencentes às Termas Centro,

1 – No prazo definido para a execução do contrato a celebrar, pretende-se implementar a ação, para promover o sector Termal.

1.1- Pretende-se a realização das acções ora adjudicadas no período de 01 a 31 de Julho, podendo haver alguma alteração, de acordo com a disponibilidade das Estâncias Termais e mediante acordo expresso da entidade adjudicatária.

2-A empresa deverá assegurar no mínimo 3 operadores especializados (entenda-se: operadores turísticos, organizadores de viagens, bloggers e/ou influencers na área de turismo e lifestyle) para as visitas às Estâncias Termais onde o objectivo é convidar formadores de opinião a viverem uma experiência em primeira mão para que possam partilhá-la com o público, ampliando a divulgação dos destinos e serviços de turismo que experimentaram.

3- As *press e fam trips* são uma excelente oportunidade de movimentar as redes sociais da própria empresa, por isso será necessário assegurar a comunicação com a nossa equipa de marketing digital para acompanhar, interagir e partilhar os conteúdos criados a partir da viagem que ocorreu.

4 - A aquisição incluída no presente procedimento compreende ainda a aquisição dos seguintes serviços:

- Licenciamento dos direitos de publicação das visitas às Termas Centro pertencentes ao consórcio;
- Disponibilidade dos operadores especializados para sessão fotográfica prévia para plano de comunicação da acção;
- Disponibilidade dos operadores especializados para eventuais reportagens sobre a acção em diferentes meios de comunicação social (televisão, rádio, imprensa escrita), caso seja possível a sua implementação.
- Direitos de imagem dos operadores especializados,
- Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas de deslocação e de hospitalidade dos operadores especializados convidados para esta acção.
- Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas de transporte, montagem e desmontagem de equipamentos necessários à apresentação final da acção e os próprios equipamentos.

6 - Da presente prestação de serviços resultam também as seguintes obrigações para o adjudicatário:

- Elaboração e entrega de relatórios das acções realizadas, resultados alcançados e material produzido, associados às faturas a emitir, a menos que se trate de faturas referentes a adjudicação, conforme definido artigo referente às condições de pagamento.

6.1 No final da acção será apresentado um relatório síntese de todos os relatórios apresentados, documentando fielmente todas as actividades desenvolvidas e resultados atingidos.

Artigo 3.º

Contratação por lotes

Na formação do contrato objeto do presente procedimento não haverá lugar à contratação por lotes.

Artigo 4.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Associação das Termas de Portugal - Delegação Centro, com o NIF 503975281, e sede em Rua da Barroca, nº3 1º andar, 3660-692 Várzea São Pedro do Sul, com os seguintes contactos:

Telefone: 232 094 109;

E-mail: geral@termascentro.pt.



Artigo 5.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência dos serviços da entidade adjudicante.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

- 1 - O concorrente pode solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, até ao término do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 2 - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser apresentados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública da “ACINGOV” disponível em <https://www.acingov.pt>.
- 3 - Os esclarecimentos serão prestados e disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta.

Artigo 7.º

Elementos da proposta

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos constantes do presente convite e do caderno de encargos anexo.
- 2 - A proposta deverá indicar o valor, em algarismos e por extenso, excluindo o IVA, mas mencionando expressamente que ao preço indicado acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e taxa legal aplicável.
- 3 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes legais.
- 4 - O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5 - Os documentos que constituem a proposta, bem como os documentos de habilitação, devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando pela própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 8.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9º

Documentos que acompanham a proposta

A proposta será constituída pelos documentos constantes das alíneas a), b), c) do nº 1 do artigo 57º do citado diploma, nomeadamente:

- a) Declaração elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo I ao C.C.P;
- b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (Formato PDF).
- c) Outros documentos que o concorrente considere pertinentes.
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), c), f), g) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
- e) Certidão Permanente do Registo Comercial, onde conste nomeadamente a identificação e a titularidade de poderes para a assinatura de contratos com entidades públicas, e/ou se for o caso, credencial habilitadora de poderes para outorga do respetivo contrato, e bem assim, cópia do Cartão de Pessoa Coletiva, Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte de quem outorga no contrato em representação do concorrente Adjudicatário.

Artigo 10.º

Modo de apresentação da proposta

- 1 - Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, (através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados), na plataforma eletrónica de contratação pública, utilizada pela entidade adjudicante, a saber, “ACINGOV” disponível em <https://www.acingov.pt/>.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3 - As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante.
- 4 - A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
- 5 - Previamente ao seu carregamento ou upload para a plataforma de compras públicas, a proposta e todos os documentos que a constituem, terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, pelo representante da empresa ou seu mandatário, com poderes devidamente conferidos para esse efeito, conforme disposto nos artºs 54º e 68º a Lei 96/2015 de 17 de agosto.
- 6 - No caso de o certificado digital qualificado, usado para assinar digitalmente os documentos e as transações na plataforma eletrónica, não poder relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá igualmente ser carregado um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante. O documento eletrónico oficial deverá estar assinado digitalmente.

Artigo 11.º

Prazo para entrega das propostas

- 1 - O prazo para entrega da proposta decorrerá até às 23.59h do 5º dia contando a partir do dia do envio do convite.
- 2 - A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Convite, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

Artigo 12.º

Prazo de manutenção das propostas

Nos termos do artigo 65º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, o concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta durante um período de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

Artigo 13.º

Avaliação das propostas

Após ter sido descriptada, os serviços procedem à análise da proposta recebida e documentação anexa, e à aplicação do (s) critério (s) de adjudicação adotado (s).

Artigo 15.º

CrITÉrio de adjudicação

O critério que presidirá à adjudicação será o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74º do CCP:

- Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

Artigo 16.º

Negociação

A proposta não será objeto de negociação.

Artigo 17.º

Informação dos serviços

- 1 - Após a análise da proposta, e a aplicação do critério de adjudicação, os serviços elaboram fundamentadamente uma informação, na qual devem identificar a mesma e analisar o seu mérito com vista à admissão.
- 2 - Para efeitos de elaboração desta informação, os serviços podem exigir ao concorrente os esclarecimentos que considerem convenientes, obrigando-se este a fornecê-los.

3 – Na informação a que se refere o número anterior, os serviços devem também propor, fundamentadamente, a exclusão da proposta, nos casos em que:

- a) Não seja constituída por todos os documentos exigidos no artigo 7.º;
- b) Seja apresentada como variantes quando estas não sejam admitidas;
- c) Não observe as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas no artigo 8.º;
- d) Seja constituída por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- e) Revele a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- f) Seja apresentada por concorrente em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do C.C.P;
- g) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4 - Serão também excluídas as propostas do concorrente, quando este apresente mais de uma proposta para o objeto da aquisição do presente procedimento que não tenham sido retiradas.

5 – A informação suprarreferida, a proposta admitida, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviada ao órgão competente para a decisão de contratar.

6 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação do teor da informação, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 20.º

Ato de adjudicação

- 1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a proposta apresentada.
- 2 - Do ato de adjudicação será, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, notificado o concorrente.
- 3 - Caso tenham sido previstos no procedimento, serão efetuadas adjudicações parciais ou por lotes.
- 4 - Quando ocorra a separação das adjudicações por lotes, a cada um deles corresponderá, caso o seu valor seja superior ao limite definido na alínea a) do artigo 95.º do CCP, um contrato separado;
- 5 – O disposto nos números anteriores não prejudica a celebração de contratos que combinem ou incluam vários lotes ou a totalidade dos mesmos, desde que adjudicados à mesma entidade.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1 - O concorrente adjudicatário deverá, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, proceder à entrega dos seguintes documentos:

- a) Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do anexo II ao CCP;

- b) Documento comprovativo em como o concorrente tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Documento comprovativo em como o concorrente tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), c), f), g) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
- e) Certidão Permanente do Registo Comercial, onde conste nomeadamente a identificação e a titularidade de poderes para a assinatura de contratos com entidades públicas, e/ou se for o caso, credencial habilitadora de poderes para outorga do respetivo contrato, e bem assim, cópia do Cartão de Pessoa Coletiva, Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte de quem outorga no contrato em representação do concorrente adjudicatário.

2 - A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo determinado, por facto imputável ao adjudicatário, implicará:

- a) A caducidade da adjudicação;
- b) A adjudicação à proposta ordenada em lugar subsequente.

3 - Implicará também a caducidade da adjudicação, sem prejuízo de outros procedimentos, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

Artigo 22.º

Contrato

- 1 - Haverá lugar à celebração de contrato escrito sempre que o seu valor seja superior ao limite definido na alínea a) do artigo 95º do CCP.
- 2 - Do contrato a celebrar fará parte integrante o clausulado constante do artigo 96º do aludido Decreto-Lei nº 18/2008, sendo a respetiva minuta, depois de aprovada pelo órgão competente, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 3 - Após aceitação da minuta do contrato a celebrar, o mesmo terá lugar no prazo de 5 dias contados da data da referida aceitação.
- 4 - Em tudo o não especificado no presente convite, aplicam-se as disposições constantes do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da aquisição de serviços aqui em causa.
- 5 - Será feita a publicação no Portal da Internet www.base.gov.pt.

Artigo 23.º

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a possibilidade prevista no nº 2 do artigo 88º do CCP.



Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1 - Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

- a) Morada: Rua da Barroca, nº3 1º andar, 3660-692 Várzea-São Pedro do Sul
- b) E-mail: geral@termascentro.pt

Artigo 25.º

Direito aplicável

Em tudo o omissso no presente convite, aplica-se o regime previsto na Lei nº 30/2021, de 21 de maio, assim como, no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação nº 36-A/2017, de 30 de outubro e nº 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei nº 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República nº 16/2020, de 19 de março e pelo artigo 21.º da Lei nº 30/2021 de 21 de maio.

JUNTA: CADERNO DE ENCARGOS

São Pedro do Sul, 17 de Maio de 2022

Os Representantes da Associação das Termas de Portugal – Delegação Centro

Assinado por: **ANTÓNIO LUÍS VAZ DA VEIGA CAMÕES**
Num. de Identificação: 04567620
Data: 2022.05.23 16:35:35+01'00'

(Luís Vaz da Veiga Camões)

(Vogal)

Assinado por: **VICTOR JORGE PAIVA LEAL**
Num. de Identificação: 09715431
Data: 2022.05.17 16:57:41+01'00'

(Victor Jorge Paiva Leal)

(Presidente)